



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Geovana Beatriz da Silva Magalhães

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE
ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL**

Rio de Janeiro

2022

Geovana Beatriz da Silva Magalhães

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE
ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL**

Projeto de Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Dra. Ingrid D'avilla Freire Pereira

Rio de Janeiro

2022

Geovana Beatriz da Silva Magalhães

TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE
ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL

PROJETO DE MONOGRAFIA APRESENTADO COMO
REQUISITO PARCIAL PARA APROVAÇÃO NO CURSO
TÉCNICO EM GERÊNCIA EM SAÚDE.

APROVADO EM __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

[DRA. INGRID D'AVILLA FREIRE PEREIRA]
[EPSJV/FIOCRUZ]

[RAFAEL DE LIMA BILIO]
[EPSJV/FIOCRUZ]

RIO DE JANEIRO

2022

RESUMO

Objetivou-se, neste trabalho, discutir, por meio de revisão de literatura, as determinações da escolha profissional de adolescentes e jovens no Brasil. Visando entender como se arquiteta o dilema de poder “escolher” uma profissão foram utilizados artigos acadêmicos que tratavam sobre escolhas profissionais e escolas no Brasil. Os conceitos teóricos de Pierre Bourdieu (1974) foram usados para desmistificar a ideia do ambiente escolar como um sistema neutro no mundo capitalista. A escola é vista como um meio de reproduzir a cultura da classe dominante, e intensificar a desigualdade social quando percebe-se o seu caráter reprodutivista, uma vez que, na maior parte das vezes, a escola valoriza e institucionaliza práticas de dominação. Ocorre que, a desigualdade na trajetória escolar se perpetua na graduação e na escolha profissional, gerando amplos desafios sobre como as escolas podem contribuir para a possibilidade de escolha profissional pelos adolescentes e jovens.

Palavras-chaves: Escolha profissional, políticas educacionais; ENEM.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVOS.....	9
2. METODOLOGIA	10
3. CAPÍTULO 1: As determinações das escolhas profissionais de adolescentes e jovens no Brasil	11
4. CAPÍTULO 2: Inserção profissional, meritocracia, ENEM	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos discutir alguns desafios acerca da escolha profissional de adolescentes e jovens no Brasil, especialmente, no que se refere à trajetória de escolarização e sua influência nestas escolhas. A escolha de uma profissão está além da transição escola-faculdade, ou escola-mundo do trabalho, pois se relaciona com o contexto de vida e com a organização do trabalho e da educação em cada país e território onde se vive. Este cenário possibilita a apropriação e ressignificação das decisões e escolhas profissionais, especialmente, para os jovens.

Embora seja frequente atribuir ao adolescente a decisão pelas escolhas profissionais e pelo seu futuro, as políticas educacionais e de trabalho determinam as possibilidades, ou ausência de possibilidades, do que, corriqueiramente, se conhece por escolha de uma profissão.

Autores mais clássicos da sociologia atribuem a importância de exercer um ato para professar está relacionada à obtenção do sustento. Max Weber (1984) apud Machado(1995) se aprofunda no conceito impreciso de profissão quando compara os diversos empregos remunerados dentro do mercado de trabalho. Por isso, pertencer a uma profissão envolve a posse de um mesmo diploma, mas com estilos parecidos, tais como vestimenta, códigos da linguagem, a exemplo dos juízes ou militares.

A escolha de uma profissão é a forma mais tradicional de se aderir a uma vida profissional, uma vez que transforma a rotina em um conjunto de decisões sobre o que fazer durante a vida. A profissão é mais que um certificado para o qual uma pessoa se especializou, como diz o Dicionário Michaelis (2015), pois proporciona a identificação com um grupo de indivíduos com as mesmas vocações. A escolha de uma profissão corresponde, então, a um modo de vida que concilia as oportunidades de trabalho com a obtenção de um certificado, o que faz com que, em determinadas configurações, o conceito de profissão se diferencie do conceito de ocupação.

O ato de ocupar-se não necessita de um diploma, é uma atividade de qualquer ordem que se realiza por determinado período de tempo (Dicionário Michaelis, 2015).

De acordo com Hughes (1994) apud Franzoi (2008) o termo “profissional” deve ser tomado como categoria da vida cotidiana “que não é descritivo, mas implica julgamento de

valor e de prestígio”. Para sustentar seu argumento, Hughes mostra que o profissional é aquele que possui um “diploma” e um “mandato” que lhe são atribuídos pela sociedade. A fim de complementar, para Heringer (2002) a escolaridade é vista como a principal forma de ascensão econômica uma vez que a educação pode vir a dar melhores oportunidades de emprego e rendimento.

Os indivíduos precisam de um auxílio, com o objetivo de orientar sobre a escolha profissional. Segundo Lucchiari (1993 apud ALVIM e MENIN 2011), oferecer amparo e apoio à escolha profissional de um jovem é facilitar a compreensão sobre a realidade a qual está inserido, possibilitando o acesso às informações sobre as dificuldades e perspectivas do mundo do trabalho. Devido às inúmeras dificuldades e questionamentos, ora pelo âmbito pessoal, ora pelo âmbito profissional faz com que exista motivos suficientes para justificar a existência de serviços de Orientação Profissional.

Por ser uma escolha que terá influência nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e empregabilidade, os desafios são ampliados, na medida em que o desemprego, a concorrência do mercado de trabalho, a crescente demanda de mão de obra qualificada, o surgimento de novas ocupações, ter discernimento sobre a remuneração do curso, tudo dificulta e gera dúvidas acerca de como escolher um curso de graduação na universidade.

Somado a isso, a escolha também se fundamenta a partir da história de vida dos jovens, que é responsável pela evolução das escolhas pessoais. Por isso, a importância de reconhecer as trajetórias de vida e educacionais, mas também as possibilidades das escolas abordarem as expectativas com futuro e com a inserção no mundo do trabalho. Na literatura encontramos algumas formas de abordar o tema da escolha das profissões por jovens. Uma destas formas diz respeito à estruturação de ações relativas à orientação profissional ainda no ambiente escolar.

Por exemplo, para Pierre Bourdieu (1974) a escola, no contexto de sociedades marcadas pela divisão de classes sociais, assim como a família, é um ambiente de reprodução social. Quando um indivíduo entra na escola, ele já possui experiências prévias. Esse acesso é desigual porque os indivíduos se encontram em diferentes condições socioeconômicas, de modo que o processo de autoconhecimento proporcionado pela Orientação Profissional pode reduzir as desigualdades que são trazidas pela história de vida de cada estudante.

Embora este tema seja tratado, frequentemente, pela lógica da orientação profissional, este trabalho questiona como as determinações das escolhas profissionais se relacionam às trajetórias escolares. O contexto educacional permitiria a um jovem brasileiro poder conhecer, no sentido de possibilitar uma escolha mais lúcida e madura? Que fatores compõem as determinações desse processo, uma vez que, nem todos os jovens podem escolher qual profissão seguir? Como está estruturado o ingresso às universidades depois da conclusão do ensino médio.

Essas perguntas e os interesses de compreender melhor os objetivos dos jovens em se inserirem na vida ativa motivaram a realização deste trabalho. A seguir, apresentaremos em dois capítulos: 1) As determinações das escolhas profissionais de adolescentes e jovens no Brasil e 2) Inserção profissional, meritocracia e ENEM, no que diz uma abordagem sobre os desafios teóricos que se apresentam sobre esse tema.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 O objetivo geral:

Discutir as determinações das escolhas profissionais de adolescentes e jovens no Brasil a partir da conformação das trajetórias escolares.

1.1.2 Os objetivos específicos são:

- Analisar, a partir do pensamento de Pierre Bourdieu, as determinações para a realização da escolha profissional.
- Refletir sobre a meritocracia como prática avaliativa e ideologia de acesso ao ensino superior e, por conseguinte, às “escolhas profissionais”.

3. METODOLOGIA

O trabalho tem como método os fundamentos da pesquisa qualitativa. Como método para sua realização, procedeu-se com a busca de bibliografia sobre os temas, com o objetivo de identificar diferentes pontos de vista, através de fatos estudados e compartilhados por estudiosos, tendo uma melhor qualificação sobre os desafios da escolha profissional. Livros e artigos foram usados com o intuito de desenvolver o tema de forma pertinente e investigativa para compreender melhor o problema (DESLANDES, 2002).

O principal objetivo de usar as referências bibliográficas é trazê-las para áreas do conhecimento, de tal forma que a sociedade tenha domínio e possibilidade de interpretação. Para isso, seguiu-se uma linha de raciocínio, começando fichamentos bibliográficos, capazes de destacarem pontos de interesses e aumentar o nível de conhecimento sobre o assunto. Seguido disso, evidenciou-se os principais pontos sobre o mesmo, como os conceitos necessários, que fariam um melhor entendimento do tema, e a relevância deles na sociedade. Essa iniciativa teve a finalidade de formular uma ideia clara sobre a educação e as escolhas profissionais no Brasil, além de trazê-la para a atualidade.

Como etapa posterior do estudo, tornou-se fundamental ler e sistematizar conceitos presentes na obra do sociólogo Pierre Bourdieu (1974), um dos principais autores para o percurso teórico dessa pesquisa, pois conseguiu através de seus estudos, usar as ciências sociais como área de conhecimento. Bourdieu (1974), se dedicou a analisar sociologicamente vários temas, dentre os quais, as desigualdades no ambiente escolar e como a classe dominante, detentora do poder socioeconômico, tem influência sob a cultura da sociedade. O sociólogo problematiza o caráter reprodutivista da escola, uma vez que, na maior parte das vezes, a escola valoriza e institucionaliza práticas de dominação. Esses estudos funcionaram como forma de construir a argumentação teórica sobre o tema.

A pesquisa buscou, portanto, apresentar a partir de revisão conceitual e de revisão de literatura diferentes pontos de vista, evidenciando fatos estudados e compartilhados por estudiosos. Assim, esse projeto trás uma melhor qualificação para entender o fenômeno da escolha profissional.

CAPÍTULO 1. AS DETERMINAÇÕES DAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL

Na literatura encontramos algumas formas de abordar o tema da escolha das profissões por jovens. De acordo com Bock (2013) a escolha está além de uma metodologia fundada em um indivíduo subjetivo, mas está constituída de múltiplos fatores, dentre eles família, educação, política, projetos pessoais e profissionais, além de características e habilidades individuais.

Os estudos de Ferreti (1988a, 1988b) e Bock (1995) fundamentam a compreensão da escolha profissional como campo de estudo, que se compreende não poder ser limitado ao ingresso no contexto universitário. Para Bock e colaboradores (1995) a função do psicólogo é a de promover saúde, e de alguma forma, o trabalho de OP pretende atingir tal objetivo, já que leva o sujeito a se conhecer, no sentido de possibilitar uma escolha mais lúcida, madura, ajustada e de acordo com as habilidades de cada indivíduo.

O conceito de Orientação Profissional (OP) ou Orientação Vocacional é interpretado como uma forma de encontrar seu projeto de vida, faz com que o indivíduo entre em um processo de autoconhecimento e a proposta de orientação encontra-se inserida em uma perspectiva de promoção da saúde mental.

Muito além disso, o ato de escolher uma profissão é analisada como um momento que pode aumentar as chances de mobilidade social, levando-se em conta as singularidades históricas e sociais do Brasil nessa construção. Por isso, há a necessidade de estudarmos o sistema educacional de forma mais ampla, como apresentaremos a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Art. 205. “A educação é um direito fundamental e exerce dupla função: de um lado, torna a comunidade esclarecida, politizada, desenvolvida; de outro, dignifica o indivíduo, verdadeiro titular desse direito fundamental.” A Carta Magna completa que é dever da família, sociedade e Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, a educação por meio de sistemas de ensino como as escolas.

A primeira fase da educação formal é, principalmente, ofertada pelas escolas e, de acordo com Pierre Bourdieu (1974), essa fase de escolaridade tem um papel decisivo na

reprodução cultural dos indivíduos. Para este autor, o gosto cultural é explicado pela trajetória social experimentada por cada indivíduo. Isso significa ir contra a ideia comum de que os gostos e estilos de vida nos remeteriam diretamente ao foro íntimo de cada indivíduo. Ao contrário, eles são o resultado de relações de poder que se efetuem principalmente nas instituições da família e da escola.

No contexto do Iluminismo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) foi um dos primeiros tratados a considerar as crianças como seres hipossuficientes – indivíduos que dependem da proteção dos pais. Nesse sentido, a família é a responsável pelo tratamento digno de seu filho fazendo com que tradições, crenças, hábitos, opiniões sejam passados de geração em geração.

Assim, a criança/estudante possui atributos que perpassam o acesso instantâneo à cultura legítima por meio da aquisição precoce familiar, evitando que no futuro esse indivíduo precise perder certos costumes ou fazer correções - até mesmo um saldo inicial de capital econômico ou um redirecionamento profissional no caso de um “filho pródigo”, visto que o indivíduo mesmo já inculcado para se orientar às escolhas legítimas pode, a qualquer momento, recorrer ou ser socorrido fraternalmente ante aos novos desafios em sua trajetória (BOURDIEU, 2008).

Relações de poder são expressões do mundo social. Por exemplo, quando comparamos a realidade de famílias com condições socioeconômicas distintas, iremos identificar que as relações materiais e simbólicas irão produzir diferentes trajetórias na vida e na educação de cada uma delas. Essas trajetórias irão definir o gosto cultural .

Por exemplo, jovens que possuem melhores condições socioeconômicas , com pais que tiveram oportunidade de ingressar em uma faculdade, poderão socializar seus filhos de modo a possibilitarem, mais facilmente, o acesso ao Ensino Superior. Em contrapartida, para jovens das classes populares, cujos pais não tiveram acesso a oportunidades de melhor escolarização, terão maior dificuldade de seguir trajetórias escolares mais longas ou universitárias, dando continuidade à experiência de ingresso precoce no mercado de trabalho para ajudar a família.

Assim, a escola, no contexto de sociedades marcadas pela divisão de classes sociais, assim como a família, é um ambiente de reprodução social e por isso foi escolhida como campo de estudo para Bourdieu. Quando um indivíduo entra na escola, ele já tem uma carga

de conhecimento adquirido. Esse acesso é desigual porque os indivíduos se encontram em diferentes condições socioeconômicas (BOURDIEU, 1974)

Ao selecionar os conteúdos que são ou não importantes, a escola influencia o reconhecimento e o desempenho dos indivíduos em diferentes esferas da vida. Os indivíduos que internalizaram os saberes escolares, ou da cultura erudita, antes mesmo da sua entrada na escola - pela vivência como classe dominante - apresentam privilégios para escolher, por exemplo, seus projetos de futuro.

Em sociedades hierarquizadas e desiguais como a nossa, não são todas as famílias que dispõem de uma bagagem cultural que lhes possibilite uma identificação com os ensinamentos desenvolvidos no ambiente escolar. Por mais que a educação seja um direito educacional, ela não atinge todas as classes sociais, portanto, no Brasil, é um privilégio. Isso gera um descompasso educacional na medida em que os grupos sociais mais privilegiados se identificam com os saberes ensinados na escola - como, por exemplo, as artes clássicas - mas os grupos sociais menos privilegiados, por sua vez, não possuem esses conhecimentos prévios.

Ocorre que Pierre Bourdieu (1974) trata a reprodução social a partir da reprodução cultural, desvelando mecanismos de reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes. A escola participa não só na transmissão e renovação da cultura, mas também na renovação da desigualdade social, por intermédio da imposição da cultura dominante como cultura legítima.

O ambiente escolar é vista como um local de reprodução da sociedade e de seus valores e que efetiva e legaliza as desigualdades, na medida em que é na escola que o legado econômico da família se transforma em capital cultural.

Além do mais, é importante analisar o prestígio, o status e a aceitação social, pois estes também influenciam na posição dos indivíduos na sociedade. Para compreender essa dinâmica, o conceito de capital é expandido no pensamento social de Bourdieu para qualquer recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social.

Além do capital econômico (acesso e acúmulo de bens e riquezas), é preciso analisar o capital cultural (acúmulo de conhecimentos reconhecidos socialmente), o capital social (relações sociais) e o capital simbólico (prestígio). Na sua análise sobre a sociedade, Bourdieu considera esses tipos de capital na formação da estrutura social. A reprodução social não se dá

apenas pela posse do capital econômico, mas também pela detenção do capital cultural, sendo que este último se torna a principal estratégia de reprodução nas sociedades avançadas.

Assim, a escola embora possa ser reconhecida como isenta e imparcial, ou mesmo detentora da possibilidade de criar oportunidades para adolescentes e jovens, na maior parte das vezes essa instituição atua, em suas estratégias cotidianas, como um instrumento de confirmação de desempenho daqueles que já estão familiarizados com sua forma de conhecimento, legitimando e reproduzindo a hierarquia social.

Segundo Pierre Bourdieu (1998), a cultura da elite econômica é tão próxima da cultura escolar, que estas escolas possuem como maior parte de seu corpo discente, estudantes das classes populares. Com isso, as famílias que pertencem ao grupo desfavorecido economicamente teriam que romper com múltiplas estratégias de reprodução para conseguir algum êxito social, econômico e cultural. A ideia de reprodução também se expressa por uma escola que impõe, por sua seleção de conteúdos e métodos de avaliação, que possuem o reconhecimento de uma única forma de cultura, desconsiderando os aspectos culturais das classes populares .

O panorama apresentado e demais pesquisas do campo educacional destacam as desigualdades enraizadas na nossa sociedade e apontam para a escola como um espaço de reprodução da desigualdade social, o papel do capital cultural neste processo de reprodução da desigualdade educacional e também social.

Considerando os conceitos de capitais por Pierre Bourdieu, as desigualdades sociais não ocorreriam apenas por causa das desigualdades econômicas na sociedade, mas também pelas ausências de de capital cultural decorrente da falta de acesso a bens simbólicos.

A exemplo, os estudantes que possuem maior acesso a bens e a capital cultural proporcionado por suas famílias, tendem a melhor desempenho escolar, na medida em que já tem uma prévia da aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Em contrapartida, os estudantes com maiores restrições de capital cultural hegemônico são potencialmente excluídos e terão mais dificuldade no ambiente escolar.

Segundo Bourdieu, é possível observarmos que a instituição escolar não apresenta apenas a característica de mediadora para o triunfo dos alunos, mas também dá continuidade a desigualdade exercida ao ignorar as diferenças entre eles, enfatizando o discurso de mesmas oportunidades para todos e principalmente reafirmando a cultura elite como única. Ao ignorar

que as aptidões dos alunos não se devem somente aos “dons naturais” e méritos pessoais (os quais permanecem hipotéticos), a escola transmite, por meio dos dispositivos de julgamento que emprega, a cultura da elite reafirmando seus privilégios sociais.

Por mais que Pierre Bourdieu tenha se aprofundado no assunto da reprodução social na década de 1970, percebe-se que seus estudos se perpetuam na atualidade, por isso, seus conceitos são de suma importância para a compreensão da educação brasileira. Devemos nos desprender do pensamento do senso comum, já que ele idealiza o ambiente escolar, como o responsável por promover a transformação social.

A estrutura educacional brasileira tem se como base um sistema de reprodução e de evoluções de desigualdades sociais, especialmente quando trazemos para os dias atuais a vinda do “Novo Ensino Médio” (Lei 13.415/2017 - inicialmente apresentada como Medida Provisória nº 746/2016). De acordo com a Lei 13.415/2017, a reforma curricular tem a finalidade de tornar o currículo mais flexível para melhor atender os interesses dos estudantes do Ensino Médio. Para isso, duas justificativas foram apontadas como forma de ingressar a nova lei: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo mais atrativo aos alunos, em decorrência dos índices de evasão escolar e de reprovação.

Embora esse trabalho não tenha se dedicado à uma análise da reforma do ensino médio, é fundamental caracterizar que a estrutura educacional brasileira impõe reproduções da dinâmica social que não podem ser superadas por ações pontuais e pouco estruturadas. Nesse sentido, no próximo capítulo discutiremos o quanto o desempenho escolar e a origem social dos estudantes estão relacionados com a entrada da vida ativa. Deve-se compreender, nesse sentido, as dificuldades pelas quais passam os estudantes de classes para fazer suas escolhas profissionais.

CAPÍTULO 2. INSERÇÃO PROFISSIONAL, MERITOCRACIA E ENEM

Compreender a inserção das profissões no mundo do trabalho e como isso influencia os jovens na construção de suas variadas trajetórias profissionais é um desafio assumido neste trabalho. Para tanto, aproximamo-nos da visão sociológica de inserção profissional, de modo a trazer novos elementos para a análise do fenômeno.

O termo inserção profissional nasceu na França nos anos 1970, em substituição a entrada da vida ativa, pois entendemos que esse conceito possibilita compreender o processo de transição do sistema universitário ao ingresso no mercado de trabalho brasileiro (DUBAR, 2001; ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012b). Tal expressão surge no momento em que se acentuam as dificuldades enfrentadas pelos jovens ao concluírem sua formação escolar e ingressarem no mercado de trabalho, passando a ser esse um processo longo e complexo, de idas e vindas entre atividades temporárias e desemprego (ALVES, 2007).

Antes de se inserir na vida ativa deve-se escolher qual profissão seguir, e por conseguinte qual modo de vida que concilia as oportunidades de trabalho com a obtenção de um certificado. Segundo Bock (2013) a escolha está além de uma metodologia fundada em um indivíduo subjetivo, mas está constituída de múltiplos fatores, dentre eles família, educação, política, projetos pessoais e profissionais, além de características e habilidades individuais.

O conceito de inserção profissional de Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b, p. 49), diz respeito sobre:

“[...] um processo individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito. Individual porque diz respeito à experiência vivenciada por cada sujeito na esfera do trabalho, suas escolhas profissionais e expectativas de carreira. É um processo coletivo por ser vivenciado de maneira semelhante por uma mesma geração, ou no interior de grupos profissionais. É histórico, pois se desenvolve ao longo de um período da vida do sujeito, sob a influência de elementos que marcam determinado momento no tempo e no espaço, como políticas públicas, mercado de trabalho, organização do sistema de ensino e políticas de recursos humanos e os pontos de vista “empresariais” sobre as relações entre educação e trabalho. Está inscrito em um dado contexto socioeconômico e cultural, em que, além dos elementos institucionais, há influência das construções e das representações sociais que os indivíduos desenvolvem em relação a esta inserção profissional.”

Assim, para refletir acerca da inserção profissional é necessário ponderar sobre os elementos sociais que influenciam os jovens na construção de suas variadas trajetórias profissionais. Para tanto, aproximamo-nos da visão sociológica de inserção profissional, de modo a trazer novos elementos para a análise do fenômeno.

A inserção profissional é historicamente inscrita em uma conjuntura política e econômica, atrelado a relações específicas como educação, trabalho e renda, submetido às estratégias dos atores, as quais estão ligadas às trajetórias biográficas e, principalmente, às desigualdades sociais e ao desempenho escolar dos alunos. Tal perspectiva possibilita que vejamos a inserção profissional como um conceito que vai além da relação econômica de oferta e procura (DUBAR, 2001) e deve ser analisada como um momento que pode aumentar as chances de mobilidade social, levando-se em conta as singularidades históricas e sociais do Brasil nessa construção.

O atual modelo de ingresso no ensino superior brasileiro é baseado na ideologia neoliberal, ela que orienta os modelos educacionais em grande parte do mundo. Com isso, prevalece a concepção de avaliação por mérito, já que nem todos conseguirão “vencer”, evidenciando a forma da competição e valorizando aqueles que conseguem se adaptar à forma excludente. Nesse viés, a meritocracia teria por princípios, “premiar” os mais preparados de acordo com seus avanços e progressões.

Embora Bourdieu (1998) mencione que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem e questiona a meritocracia, apresentando um novo olhar sobre a desigualdade educacional, percebe-se que no modelo educacional é frágil para acolher e prestar uma orientação sobre qual escolha profissional que os jovens irão fazer, além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mantém padrões de acesso ao ensino superior que privilegia o ingresso de estudantes com maior acesso a capital cultural.

No Brasil, uma das avaliações de ensino em larga escala é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Essa avaliação tem, entre seus objetivos, analisar o desempenho escolar ao fim do ciclo básico de educação e colaborar para o ingresso no ensino superior, atuando como substituto ao vestibular para alguns cursos, instituições, e também como base para programas de financiamento estudantil (Inep, 2009).

Em sua tese de Doutorado, intitulada “Desigualdades Escolares e Educação Superior: as Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina”, defendida no ano de 2021, a pesquisadora Schirlei Russi von Dentz afirma, ao estudar a política de cotas na universidade, que “quanto maior for a “desigualdade escolar” ou pouco “capital escolar” nas famílias, quase nulas serão as chances de galgar uma vaga no ensino superior, em cursos de graduação mais disputados” (p.105).

Por exemplo, o curso de Administração frequentemente é visto como uma opção que abre muitas portas e que garante maior empregabilidade. Entretanto, também é frequentemente associado à escolha dos indecisos. Ainda assim, por ser um curso fortemente ligado ao empreendedorismo, torna-se atrativo diante da centralidade que tal ideal desempenha na ideologia contemporânea (Boltanski; Chiapello, 2009).

Por outro lado, os estereótipos de gênero presentes em nossa sociedade se manifestam na sobrerepresentação feminina em determinados cursos ligados à educação e aos cuidados de terceiros – como Pedagogia, Enfermagem e Psicologia – cursos esses que são vistos como de menor notoriedade do que aqueles majoritariamente masculinos, e normalmente estão associados a salários inferiores. Isso ajuda a explicar, em parte, as diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Já há predominância masculina em cursos que valorizam o pensamento lógico e a competitividade - como Engenharia e TI - (Barreto, 2014; Beltrão & Teixeira, 2005).

A literatura aponta que, no mercado de trabalho, as ocupações predominantemente femininas oferecem, em média, remunerações inferiores às observadas nas ocupações masculinas, mesmo quando controlado o nível de escolaridade (Oliveira, 2003; Fresneda, 2007; Madalozzo, 2010). Assim, é possível constatar que a segregação por sexo no ensino superior apresenta impactos socioeconômicos posteriores, pois ocasiona diferenciais de remuneração entre homens e mulheres ao longo da vida profissional.

Em particular, cursos mais prestigiados perante a sociedade, como medicina, direito e engenharia civil, oferecem maior retorno financeiro no mercado de trabalho e continuam apresentando uma predominância masculina.

A análise descritiva preliminar do INEP mostrou uma redução da disparidade por sexo nos cursos mais emblemáticos, a saber, Engenharia Civil e Pedagogia, que apresentam grande concentração de homens e de mulheres, respectivamente. No entanto, ainda que ambos

caminhem em direção à paridade de gênero, projeções lineares indicam que a igualdade plena somente ocorrerá nas últimas décadas deste século, mostrando, portanto, que o avanço é lento.

A Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior afirma que a democratização ocorre pelo fato que os vestibulares tradicionais favorecem os alunos com maior poder aquisitivo, pois esses podem se mover pelo país. Com o ENEM, acaba com essa ideia do aluno ter que custear vários vestibulares, uma vez que, uma prova unificada faz com que os estudantes tenham mais chances. Esse aspecto da centralização têm oportunizado maior acesso, mas ainda não tem sido suficiente para reverter desigualdades educacionais mais estruturais. A estruturação de ações afirmativas também é outro exemplo de melhoria na democratização do acesso ao ensino superior.

Portanto, o Enem, visto como uma porta de entrada para o ensino superior, pode ser considerado insuficiente para democratizar o acesso ao ensino superior, uma vez que válida, pela meritocracia, a ideia de que são os estudantes os únicos responsáveis por seu fracasso/sucesso (Bourdieu, 1998). Com isso, o discurso baseado na lógica meritocrática, se configura como um certo tipo de violência, visto que, utiliza-se da meritocracia para justificar a exclusão predestinada, disfarçada sob a ideologia dos dons e talentos.

Segundo Catani e Oliveira (2003, p. 113): “Os processos de seleção são, de modo geral, permeados pelo ideário das capacidades individuais, da igualdade de oportunidades e da livre concorrência”. Assim, os beneficiados são aqueles candidatos preparados, aqueles que tiveram oportunidades educacionais, portanto, os que possuem capital social e cultural. Isto indica que os problemas relacionados ao acesso à educação superior devem ser buscados também na educação básica e nas condições socioeconômicas dos candidatos.

O panorama apresentado destaca a desigualdade que habita na nossa sociedade e aponta para a escola como um espaço de reprodução da desigualdade social, o papel do capital cultural neste processo de reprodução da desigualdade educacional e consequentemente social.

Atualmente os desafios no êxito na democratização escolar trazem para os debates do campo educacional brasileiro e de suas políticas públicas a questão da persistência na não cobertura das culturas de todos os segmentos sociais, além do fato de em que boa parte das vezes a escola só agrega e valoriza o que segundo ela mesma é considerado bom, autêntico e valoroso, excluindo os demais. Vale lembrar que a escola baseada na lógica meritocrática

cobra que os alunos tenham um estilo elegante de falar, de escrever e até mesmo de se comportar; que sejam intelectualmente curiosos, interessados e disciplinados; que saibam cumprir adequadamente as regras da “boa educação”. Mas, essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discutimos as correlações entre as desigualdades vivenciadas no ambiente escolar e como elas influenciam na graduação e na inserção profissional.

Cogitando as condições socialmente desiguais frente à escola e à cultura, percebemos que a “imparcialidade” escolar se impõe de maneira desonesta, pois assim defende os valores meritocráticos e não uma equivalente transferência de privilégios. Um componente particular para a adequação destes alunos é o capital cultural. Esse tipo específico de capital cultural é proveniente, vale observar, não apenas da experiência escolar (e profissional, no caso, dos pais e professores) vivida diretamente pelos pais, mas também do contato pessoal com amigos e outros parentes que possuam familiaridade com o sistema educacional. Vê-se, neste caso, a importância do capital social como um instrumento de acumulação do capital cultural. Ou seja, as referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar.

O capital social se constitui, dentre outras maneiras, dentro do plano familiar, e em grande medida é adquirido através da atenção e tempo que os pais disponibilizam com os seus filhos, ajudando-os, por exemplo, nas atividades escolares. Sob essa perspectiva, o capital econômico e o social funcionam, na maior parte das vezes, apenas como meios auxiliares na acumulação do capital cultural.

Um dos fatores causadores de desistência dos cursos universitários está relacionado a uma escolha precoce e carente de informações sobre o curso escolhido. A vida acadêmica não deve ser restrita ao período da adolescência, pois muitos adultos - quando jovens - fizeram escolhas precipitadas sobre sua profissão ou foram leigos ao fazer suas escolhas, logo tiveram que reviver toda a vida estudantil. Vale ressaltar que os mais diferentes tipos de capitais definidos por Bourdieu são adquiridos ao longo da vida, para aqueles que não têm, ou são acumulados para aqueles que já partem com algum nível de capital e quanto maior o capital cultural do estudante, mais fácil é a escolha profissional.

Consideramos a relação escola-escolhas profissionais poderia ser melhor trabalhada com a incorporação de orientação vocacional ou profissional, afinal pode permitir que

o indivíduo entre em um processo de autoconhecimento e a proposta de orientação encontra-se inserida em uma perspectiva de promoção da saúde mental.

Nesse trabalho, concluímos que embora a OP possa contribuir para aprimorar a transição escola-universidade-trabalho, as determinações das escolhas profissionais fazem parte do contexto de vida dos adolescentes e jovens.

6. REFERÊNCIAS

COSTA, Carolina B; ZUIN, Débora. **Desigualdade e mercado de trabalho:** um estudo com adolescentes e sua escolha profissional. Rev. Ciências Humanas. jul./dez.2020. vol. 20, n. 2. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11379/6358>> Acesso em: 21 outubro 2021.

VALORE, LA. **A problemática da escolha profissional:** possibilidades e compromissos da ação psicológica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 66-76. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-07.pdf>> Acesso em: 21 outubro 2021.

MEDEIROS, S Vanessa de et al. **As dificuldades impostas no processo de escolha profissional de jovens da escola pública:** tecendo retalhos sobre desigualdades, novas possibilidades e sonhos. Recife: Revista Eletrônica Estácio Recife. dez.2019. vol. 5 – N° 2. Disponível em: <<https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/332/14>> Acesso em: 05 novembro 2021.

DIAS, S Maria; SOARES, H Dulce. **A Escolha Profissional no direcionamento da carreira dos universitários.** Universidade Tuiuti do Paraná. jan.2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/33KF7yskTFtPcOpBDmX95Zg/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 05 novembro 2021.

MACEDO, M Renata. **Escolhas Possíveis:** narrativas de estudantes universitários. Porto Alegre: Educação & Realidade. 2021. v. 46, n. 3, e105800. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZFXfk6R4KdpRM6LHbsQXPnp/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23 novembro 2021.

MACHADO, M.H. **Sociologia das profissões:** uma contribuição ao debate teórico. In: Profissões de saúde: uma abordagem sociológica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, pp. 13-33. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/t4ksj/epub/machado-9788575416075.epub>> Acesso em: 20 março 2022.

PROFISSÃO. In, Michaelis 2015, Editora Melhoramentos. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/profiss%C3%A3o%20>> Acesso em 20 março 2022.

OCUPAÇÃO. In, Michaelis 2015, Editora Melhoramentos. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ocupa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 20 março 2022.

DESLANDES, Suely. **Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: 2002. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>> Acesso em 21 de junho de 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Editora Vozes, 2014.

GRINGS, Jacques André; KAIESKI, Naira; JUNG, Carlos Fernando. **Gestor educacional**: você sabe o que influencia as escolhas profissionais de seus alunos. Trabalho e Educação. v.31, n.1, p.155-166, jan-abr. 2022. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article>> Acesso em 21 de junho de 2022.

MRTINS, Bibiana; SCHERDIEN, Camila; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. **Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil**: reflexões e agenda de pesquisa. Cad. EBAPE.BR, v. 17, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/TjzbTBgkxDLcyJDcZ4Gvfr/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 27 de outubro de 2022.

DENTZ, Schirlei. **Desigualdades Escolares e Educação Superior: as Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2021. p.105. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227350/PEED1578-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em 27 de outubro de 2022.